



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017**

#### **ATA N.º 07/2017**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceu à sessão o membro Ruben Filipe Rebelo Cabral.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Fernando Jorge Ventura Moniz, Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Estiveram presentes a assistir à sessão os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa, José Francisco Ventura Raimundo e Valdemar Tavares, que manifestaram a intenção de intervir, no período de intervenção ao público e um elemento do Jornal Diário da Lagoa.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos. Expôs que esta foi a 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal e última deste ano de 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira reunião, de 20 de outubro de 2017.

A ata foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e cinco membros presentes.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 08 de setembro a 5 de dezembro de 2017, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE JOÃO RAPOSO LEITE:**

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, em representação dos Deputados Municipais do PSD - Partido Social Democrata, o Voto de Pesar pelo falecimento do Padre João Raposo Leite, que abaixo se transcreve:

“Voto de pesar pelo falecimento do Padre João Raposo Leite

Nascido na Povoação a 19 de Dezembro de 1928, João Raposo Leite marcou a sua vida pela dedicação à religião católica ao ser ordenado padre em 1954, no desempenho da sua vocação foi pároco nas paróquias das Capelas, Faial da Terra, Fenais da Luz e Nossa Senhora do Rosário, onde durante quase 30 anos, nesta última paróquia, prestou um reconhecido trabalho na divulgação e afirmação da religião católica.

Para além das funções de pároco o padre João Leite foi também um reconhecido empreendedor na realização de importantes obras estruturantes realizadas na igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi também durante a sua permanência como pároco que se realizaram importantes obras de restauro na casa paroquial.

Para quem conheceu o padre João Raposo Leite, fica a recordação de um homem simples, de trato educado, grande humanismo e com uma capacidade oratória eficaz e cativante.

O seu falecimento é uma grande perda para a nossa comunidade e deste modo os deputados municipais do PSD, propõem em sua memória o seguinte:

Que se aprove este voto de pesar e que o mesmo seja informado à família enlutada.

Que se preste um minuto de silêncio em sua memória.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Deputado Municipal Carlos Eduardo Resendes a apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento do Padre João Raposo Leite e propôs a todos um minuto de silêncio em memória do Padre João Raposo Leite.

A Assembleia Municipal cumpriu um minuto de silêncio em memória do Padre João Raposo Leite.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do Padre João Raposo Leite;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família enlutada do Padre João Raposo Leite;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO 10.º ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 1333 DO CNE DA RIBEIRA CHÃ:**

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, por proposta do Grupo do PSD - Partido Social Democrata, o Voto de Congratulação pelo 10.º Aniversário do Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã, que abaixo se transcreve:

“Voto de Congratulação 10.º Aniversário do Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã

O Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã completou, este ano, o seu décimo aniversário, data que foi celebrada em outubro último. Este Agrupamento Escutista conta com cerca de três dezenas de membros, abrangendo a freguesia da Ribeira Chã e Vila de Água de Pau.

Este foi fundado a 28 de outubro de 2007, na Ribeira Chã, e mantém-se desde esta data Paulo Alexandre Sousa Teles como Chefe do Agrupamento. Atualmente como Assistente está o Padre João Furtado.

Ao longo desta dezena de anos, esta organização tem contribuído para o desenvolvimento dos mais jovens e respetivas famílias através de princípios orientadores cristãos em que se baseia o Escutismo.

As diversas atividades desenvolvidas incluíram muitas participações e auxílio a diversas entidades da Ribeira Chã no bom desenvolvimento das respetivas atividades em prol da freguesia.

Destaque-se também a Fanfarra Escutista que tem abrilhantado muitas festas religiosas, e não só, por toda a Ilha de São Miguel.

Atualmente uma das maiores preocupações desta organização é um espaço de sede mais amplo uma vez que o que ocupam é já insuficiente.

Nos termos regimentais aplicáveis, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove este voto de congratulação, sendo posteriormente dado conhecimento ao Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e abstenção do Deputado Municipal Pedro Rodrigues, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação pelo 10.º Aniversário do Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao Agrupamento 1333 do CNE da Ribeira Chã;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO 30.º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRUPO JOVEM PAUENSE:**

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, apresentou, por proposta do Grupo do PSD - Partido Social Democrata, o Voto de Congratulação pelo 30.º Aniversário da Associação Cultural Grupo Jovem Pauense, que abaixo se transcreve:

“Voto de Congratulação 30.º Aniversário da Associação Cultural Grupo Jovem Pauense  
A Associação Cultural Grupo Jovem Pauense foi fundada em agosto de 1987, na Vila de Água de Pau, Lagoa.

Esta tem como objetivo principal a preservação e divulgação das tradições culturais da Lagoa. Este grupo tem desenvolvido, desde o início da sua atividade, um trabalho de recolha minuciosa e contínua de trajes, cantares e danças do seu povo.

Do historial constam várias atuações e festivais que já participou em todos os concelhos de São Miguel, assim como noutras ilhas açorianas, incluindo o Corvo, e também junto das nossas comunidades radicadas no estrangeiro e em algumas regiões de Portugal continental. Este grupo representou os Açores em prestigiados Festivais de Folclore nacionais e internacionais.

Na vertente associativa é de realçar, entre outras atividades, a realização de intercâmbios culturais, participação em conferências, colóquios, congressos, seminários, ações de formação em diversas áreas, que tem permitido aos membros a aquisição e desenvolvimento de aptidões culturais, sociais e pessoais.

Nos termos regimentais aplicáveis, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove este voto de congratulação, sendo posteriormente dado conhecimento à Associação Cultural Grupo Jovem Pauense.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Água de Pau, Santa Cruz e Cabouco, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar o Voto de Congratulação pelo 30.º Aniversário da Associação Cultural Grupo Jovem Pauense;

**2.º** Dar conhecimento deste Voto de Congratulação à Associação Cultural Grupo Jovem Pauense;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 25 de outubro de 2017, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2018, no Município de Lagoa - Açores, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 3 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 25 de outubro de 2017, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, em representação do Grupo do PSD, apresentou a proposta de isenção do lançamento da derrama, de forma a captar mais empresas para o Concelho de Lagoa. Referiu que o Concelho de Lagoa geograficamente está bem situado

e teria maior atração para a fixação de novas empresas se não for aprovado o lançamento da derrama. Em termos de orçamento teria de ser feito um reajustamento pela perda desta receita.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que a proposta apresentada mantém as mesmas taxas aprovadas nos últimos anos. O Município de Lagoa tem regulamentos com incentivos a iniciativas empresariais, de natureza pública ou privada, que se instalem ou se relocalizem no Concelho da Lagoa, bem como a redução de taxas municipais, no âmbito do licenciamento de obras, em determinadas zonas do Concelho. Mais informou que o Concelho de Lagoa tem a taxa mais baixa, comparando com os Concelhos limítrofes que também aplicam o lançamento da derrama.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, em representação do Grupo do PS, felicitou todos os membros da Assembleia Municipal e do Órgão Executivo neste novo mandato. Informou que concordam com a proposta apresentada para o lançamento anual da derrama e com as informações prestadas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, pelo que irão votar favoravelmente a proposta apresentada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro votos contra dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Autorizar o lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, conforme estabelecido no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 25 de outubro de 2017, na qual foi deliberado submeter à Assembleia

Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2018, em 0,25 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** A fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2018, em 0,25 %, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 25 de outubro de 2017, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** A aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 25 de outubro de 2017, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00

3 ou mais	70,00
-----------	-------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** A fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 7 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2018, a qual foi apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017.

Na proposta do orçamento foi prevista uma receita total de 11.673.000,00 € (onze milhões seiscentos e setenta e três mil euros), sendo 9.682.920,00€ (nove milhões seiscentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte euros) de receitas correntes e 1.990.080,00 € (um milhão novecentos e noventa mil e oitenta euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.663.813,00 € (sete milhões seiscentos e sessenta e três mil oitocentos e treze euros) de despesas correntes e 4.009.187,00 € (quatro milhões nove mil cento e oitenta e sete euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 2.456.086,00 € (dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitenta e seis euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 564.100,00 € (quinhentos e sessenta e quatro mil e cem euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 3.020.186,00 € (três milhões vinte mil cento e oitenta e seis euros).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara apresentou um “PowerPoint” com a explicação do orçamento para 2018. Informou que o orçamento para 2018 é ligeiramente superior ao orçamento de 2017, principalmente, por incluir verbas referentes às candidaturas a Fundos Comunitários que já foram aprovadas.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, perguntou em que ponto está o processo de venda de lotes de terreno, num loteamento na Freguesia da Ribeira Chã, e se houve critérios sociais que irão refletir nos preços dos lotes. Expôs que no orçamento está previsto uma verba de 25.000,00 €, para aquele loteamento.

Sobre o processo referente às smart cities perguntou que irá incluir também as pequenas localidades e se inclui a modernização dos sites das Juntas de Freguesia do Concelho, pois



algumas não têm site e noutras estão desatualizados. Questionou ainda se este processo trará benefícios também para o turismo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a verba de 25.000,00 € que está definida para 2018, no Plano Plurianual de Investimentos, destina-se às infraestruturas do loteamento sito no Caldeirão, na Freguesia da Ribeira Chã. O Município de Lagoa comprou o terreno naquela Freguesia que não estava em zona de risco, foi feito o loteamento e preparado o aviso/caderno de encargos do procedimento para venda de 4 lotes de terreno para autoconstrução naquele loteamento.

Foram requisitos necessários para a candidatura e admissão ao procedimento, e com melhores critérios de adjudicação, os jovens e com residência na freguesia de Ribeira Chã, seguindo-se os com residência no Concelho de Lagoa e, subsequentemente, aos demais candidatos que tenham residência na Região Autónoma dos Açores, pois foi requisito obrigatório ter residência na Região Autónoma dos Açores e não ser o interessado proprietário de prédio para habitação própria.

Mais informou que não se pretende para a freguesia da Ribeira Chã bairros sociais, mas sim criar condições para a fixação de jovens casais naquela Freguesia e, assim, evitar a sua desertificação.

O aviso/caderno de encargos do procedimento foi publicado, haviam mais de vinte pessoas interessadas que foram avisadas quando estava a decorrer o procedimento, mas só houve candidatos para três lotes, há ainda um lote por adquirir, nesta primeira fase do loteamento. A segunda fase do loteamento vai prever um conjunto de novos lotes mas ainda não está concluída.

Sobre o processo referente às smart cities informou que este é um projeto que coloca a tecnologia ao serviço de áreas como o ambiente, cultura, educação e outras áreas. O conceito de smart cities, ou cidades inteligentes, se define pelo uso da tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores de se viver. Da candidatura apresentada nem todos os eixos foram aprovados. Foi feito um pedido de reavaliação e a Câmara Municipal está a aguardar o resultado.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, expôs que ao questionar se houve critérios sociais não estava a referir-se a bairros sociais. Referiu que há uma situação bloqueada na Freguesia da Ribeira Chã referente a um projeto de loteamento antigo que, em sua opinião, foi mal avaliado, foi mencionado um veio de água que ainda não se descobriu aonde está. Seria importante reabrir e reanalisar este processo.

Em sua opinião, deveria ter sido dada maior publicidade ao aviso do procedimento para venda de lotes de terreno no loteamento da Freguesia da Ribeira Chã.

Quanto ao processo referente às smart cities questionou se abrange um roteiro digital e se vai trazer riqueza para a Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que foi dada a devida publicidade ao aviso do procedimento para venda de lotes de terreno no loteamento da Freguesia da Ribeira Chã. O preço base de aquisição dos lotes urbanos foi fixado em: lote n.º 2 – 15.000,00€; lote n.º 3 – 14.000,00€; lote n.º 4 – 11.000,00€ e lote n.º 5 – 10.000,00€. O lote que ainda está por adquirir é o lote n.º 5 no valor de 10.000,00€.

Em relação aos sites das Juntas de Freguesia do Concelho, a Senhora Presidente da Câmara, referiu que não depende do processo smart cities mas da disponibilidade e atenção dos seus responsáveis.

Mais informou que a Câmara Municipal já possui uma aplicação eletrónica com informação sobre o Concelho de Lagoa. Acrescentou que é um trabalho que merece uma atenção constante.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que, em sua opinião, houve uma boa interligação, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, em todo o processo para venda dos referidos lotes de terreno e este foi devidamente publicitado. Tem conhecimento de um casal jovem da Ribeira Chã que pretende adquirir o lote que ficou disponível.

Sobre o site da Junta de Freguesia da Ribeira Chã informou que em breve será atualizado e a página do facebook da Junta de Freguesia está plenamente atualizada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que sobre o loteamento que o Deputado Municipal José Pacheco falou, tem conhecimento que o LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil emitiu um parecer de que aquele terreno situa-se numa zona de risco, pelo que não será possível autorizar qualquer construção naquele terreno.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que não quer pôr ninguém em risco. Solicitou que a Câmara Municipal peça uma nova avaliação, um novo estudo ao LREC, porque há dúvidas e, em sua opinião, este assunto deveria de ser novamente avaliado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que por parte da atual Câmara Municipal e Junta de Freguesia da Ribeira Chã e seus anteriores Presidentes, sempre foi objetivo procurar soluções de forma responsável e segura para a fixação de jovens casais naquela Freguesia, pelo que, ao ser solicitado um novo parecer ao LREC seria colocar em causa o trabalho prestado por técnicos devidamente acreditados na Região, situação que do seu ponto de vista é descabida.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro votos contra dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar o Orçamento para 2018, no montante de 11.673.000,00 € (onze milhões seiscentos e setenta e três mil euros), bem como as Grandes Opções do Plano para 2018, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2018, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e duas abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes e José Pacheco, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2018, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 9 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, no valor de 350.000,00 €, com o prazo de amortização de um ano, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2018, apresentado em reuniões Camarárias de 25 de outubro e 24 de novembro de 2017.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, em 2018, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00 € conforme com a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2018;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto do Santander Totta SA, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00€ com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 0,74% e isenta de

quaisquer comissões, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 10 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, na qual foi deliberado:

1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Prestar informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Vítor Sousa e José Pacheco, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos, conforme informação apresentada;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 11 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta para atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2018.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria n.º 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, o voto contra do Deputado Municipal Vítor Sousa e quatro abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Ana Teresa Medeiros, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 12 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que sobre o presente acordo de execução, previamente teve uma reunião com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. Tinha expectativas que o acordo fosse um pouco mais alargado mas nessa reunião, chegaram a um consenso que não poderia haver aumentos de transferências de verbas para as Juntas de Freguesias porque no orçamento da Câmara Municipal também houve grande contenção.

Informou as obras que estão previstas para a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, designadamente, está inscrita no PPI a recuperação e requalificação da Praça de Nossa Senhora do Rosário e, estão incluídas em outras rubricas, as obras de iluminação da Praça Nossa Senhora da Graça e o asfaltamento da rua 25 de abril.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 13 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 14 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 15 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 16 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, apresentada em reunião Camarária de 24 de novembro de 2017, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 17 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DOS N.ºS 10 E 11 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração dos n.ºs 10 e 11 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, apresentada em reunião Camarária de 10 de novembro de 2017, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2015 e 28 de novembro de 2016, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, para instalação/ocupação de esplanadas com mesas e

cadeiras, e exposição de viaturas pelos estabelecimentos do setor automóvel com sede no Concelho de Lagoa, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2018. Propõe-se ainda que não seja permitida a ocupação do espaço de domínio público para exposição de viaturas na Praça Nossa Senhora da Graça:

“ARTIGO 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2018, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras previstas no ponto 2 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.

11. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2018, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 18 – PROPOSTA – RETIFICAÇÃO AO TEXTO DO PONTO N.º 6 DO ARTIGO 5.º; AO TEXTO DA 12.ª OBSERVAÇÃO DO CAPÍTULO VI E ELIMINAÇÃO DO PONTO N.º 2 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de retificação ao texto do ponto n.º 6 do artigo 5.º; ao texto da 12.ª observação do Capítulo VI e eliminação do ponto n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, apresentada em reunião Camarária de 10 de novembro de 2017, que abaixo se transcreve:

“Tendo-se verificado incongruências no texto da redação do ponto n.º 6 do artigo 5.º e na 12.ª observação do Capítulo VI, proponho a sua retificação nos termos abaixo indicados, bem como a eliminação do n.º 2 do artigo 14.º uma vez que a taxa em causa já se encontra prevista na alínea a) do ponto n.º 11 do artigo 7.º:

“ARTIGO 5.º

Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo

...



6. Ocupação da via pública destinada a prestação de serviços de restauração e bebidas com carácter não sedentário – Por metro quadrado .....20,66€

...

## CAPÍTULO VI PUBLICIDADE – LICENÇAS

...

12.<sup>a</sup> Estão isentos do pagamento das taxas referidas no Capítulo VI os dizeres que resultam de imposição legal, os anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 19 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA PARTICIPAR NO XXIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**

Foi presente a circular n.º 69/2017, de 19 de outubro do corrente ano, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Associação Nacional de Municípios Portugueses realiza no dia 9 de dezembro de 2017, em Portimão, o seu XXIII Congresso Nacional.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional três delegados de cada Município associado, de entre os quais um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) ambos eleitos em Assembleia Municipal.

Neste sentido vimos solicitar que seja aproveitada a próxima reunião da Assembleia Municipal para procederem à eleição dos referidos Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) tendo em vista a representação das Juntas de Freguesia desse Município no XXIII Congresso da ANMP.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sérgio Paulo Botelho Costa;

**2.º** Eleger como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Pereira de Melo;

**3.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 20 – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de designação de membros para integrarem o Conselho Local de Educação, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 135.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto, que altera e republica o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, nomeadamente:

- Três membros da Assembleia Municipal, eleitos segundo o método da média mais alta de Hondt;
- Um Presidente de Junta de Freguesia, a designar pela Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Designar os seguintes membros para integrarem o Conselho Local de Educação:

- Manuel António Rodrigues
- Edite Souto de Freitas Preto
- Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes;

**2.º** Designar o seguinte Presidente de Junta de Freguesia, para integrar o Conselho Local de Educação:

- Victória da Silva Couto;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 21 – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO LOCAL DE JUVENTUDE:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de designação de membros para integrarem o Conselho Local de Juventude, nos termos da alínea b) e h) do artigo 3.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, nomeadamente:

- Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal;
- Três representantes, até aos 35 anos, residentes no Concelho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e a abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Designar os seguintes membros para integrarem o Conselho Local de Juventude:

- André Carvalho Almeida
- José Eduardo da Cunha Pacheco;

**2.º** Indicar os seguintes representantes, até aos 35 anos, residentes no Concelho para integrarem o Conselho Local de Juventude:

- Paulo Clemente Ventura Raimundo
- Luís Paulo Costa Moniz
- Tiago Manuel Cruz Sousa;

**3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 22 – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de designação de membro para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos da alínea b) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores), nomeadamente:

- Um membro designado pela Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e duas abstenções dos Deputados Municipais Carlos Resendes e José Pacheco, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Designar o seguinte membro para integrar a Comissão Municipal de Toponímia:

- Olga Maria Rodrigues Borges Soares;

**2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 23 – DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa o ofício n.º 568/2017, de 23 de novembro de 2017, solicitando a designação de quatro cidadãos eleitores, para integração na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, de acordo com o previsto na alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que era prática em anteriores mandatos, serem designados membros desta Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. A meio do mandato anterior, recebeu informação por parte da Presidente da CPCJ que havia entendimento diferente e como nem sempre os membros designados pela Assembleia Municipal tinham disponibilidade para participar nas reuniões da CPCJ e sensibilidade para a matéria, deveriam ser designados pela Assembleia Municipal, quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir

na área das crianças e jovens em perigo, conforme refere a própria Lei que entretanto tinha sido alterada, com entrada em vigor a 1 de outubro de 2015.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa remeteu a esta Assembleia Municipal o ofício n.º 581/2017, de 4 de dezembro de 2017, o qual foi disponibilizado na documentação e na sala no retroprojetor, com a seguinte proposta:

“Na sequência do nosso ofício n.º 568/2017, de 23/11/2017, venho por este meio solicitar conforme proposta desta Comissão, que sejam indicados, os seguintes cidadãos eleitores para integração nesta CPCJ de Lagoa, no âmbito da Comissão Alargada, com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na defesa do superior interesse da criança, nomeadamente, a Sra. Enfermeira Graça Araújo, com especial conhecimento ao nível da saúde infantil e escolar, a Sra. Professora Edite Preto, com especial conhecimento na área da educação, o Sr. Engenheiro Álvaro Vitorino e a Dra. Estrela Aguiar, tendo em conta o interesse, empenho, dinamismo e cooperação na área da infância e juventude, qualidades reveladas ao longo do mandato anterior.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que em conversa com o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, sobre o assunto, foi manifestado por ele a sua disponibilidade e a do Deputado Municipal Vítor Sousa para integrarem a CPCJ, para além dos quatros nomes propostos pela Presidente da CPCJ.

A Deputada Municipal Mónica Domingues, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que de acordo com a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, são designados pela Assembleia Municipal quatro cidadãos eleitores que não têm de ser Deputados Municipais, o que não invalida que se faça chegar ao conhecimento da CPCJ a indicação destas pessoas que estão disponíveis para colaborar naquela Comissão.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, a qual lhe foi passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes e referiu que na sequência do exposto e atendendo que não é tido alguma alternância ou representatividade que, no seu entender, deveria haver esse cuidado mas se a CPCJ em colaboração com a Câmara Municipal, entendem por bem que devem ser esses os membros, retira a sua disponibilidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que está a ser corrigida uma situação. Na sessão desta Assembleia Municipal, de junho de 2016, realizada na Freguesia da Ribeira Chã, a Dra. Carla Ferreira na qualidade de Presidente da CPCJ apresentou o trabalho

que estava a ser desenvolvido por aquela Comissão e alertou para a necessidade de correção desta matéria. Acrescentou que se a decisão fosse de natureza política, as designações todas realizadas na presente sessão da Assembleia Municipal seriam de uma cor política única até porque há um partido que tem uma expressa maioria e se tal não aconteceu é porque se deu espaço à representação partidária, mas, neste caso, estão a seguir a recomendação da CPCJ e não a vontade de grupos políticos. Como cidadãos é-lhes conferida a possibilidade de participar e poderá ser dada essa indicação à CPCJ.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, em representação do Grupo do PS, referiu que concordam com a proposta apresentada pela CPCJ, pelo que irão votar favoravelmente a proposta apresentada. Fez referência à apresentação do trabalho da CPCJ naquela sessão da Assembleia Municipal e ao facto de ser sido demonstrado que nem sempre os membros designados pela Assembleia Municipal tinham disponibilidade para participar nas reuniões da CPCJ. Acrescentou que, em sua opinião, deveria ser dado conhecimento a este Órgão informação do trabalho desenvolvido pelas Comissões com representação de membros desta Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Álvaro Vitorino, no uso da palavra, deu as boas noites a todos, referiu que defende a opinião da Presidente da CPCJ e não é uma Comissão política. Expôs que é com orgulho e satisfação que aceita novamente integrar a CPCJ e dá o seu tempo, em prol do trabalho desenvolvimento por aquela Comissão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, desde que não se desvie dos assuntos importantes e façam parte da solução e não do problema, as discussões são todas interessantes. Agradeceu a intervenção de todos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e duas abstenções dos Deputados Municipais Vítor Sousa e José Pacheco, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Designar os seguintes quatro cidadãos eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – Açores:

- Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo
- Edite Souto de Freitas Preto
- Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino
- Maria da Estrela Aguiar;

**2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público e passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa saudou todos os presentes e referiu que veio a esta Sessão da Assembleia Municipal na qualidade de cidadão, leu as entrevistas dadas, após a tomada de posse, pelo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e ficou satisfeito porque todos defenderam o desenvolvimento para Lagoa e espera que se concretize.

Referiu que as placas de toponímia existentes na Av. Eng. Luís Alberto Meireles Martins Mota e na Rua Coronel Ângelo Manuel Albergaria Pacheco não fazem referência que aquelas pessoas foram Presidentes da Câmara Municipal de Lagoa.

Expôs que gostou de assistir a esta sessão e de ver que foi uma sessão participativa e com intervenção dos membros. Referiu que, em sua opinião, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário tem sido interventivo e dinâmico. Expôs que concorda com o asfaltamento da rua 25 de abril e não gosta de ver na Praça de Nossa Senhora do Rosário aquele espaço do Posto do GAM - Gabinete de Atendimento ao Munícipe do Rosário.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no uso da palavra, agradeceu o elogio do Senhor José Fernando Carneiro Sousa e disse que está na Junta de Freguesia para servir a população da sua freguesia. Referiu que na reunião que teve com a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou vários assuntos, alguns foram resolvidos outros estão pendentes, nomeadamente, a recuperação da falésia da Rocha Quebrada, a remodelação da Escola Padre João José do Amaral, pois preocupa-lhe a questão do telhado com amianto, a requalificação do Porto dos Carneiros e a falta de habitação na freguesia.

O Senhor José Francisco Ventura Raimundo saudou todos os presentes e questionou o ponto de situação do projeto da Baía de Santa Cruz e se pensam passar o Mercadinho de Natal para outras Freguesias, no caso em concreto para Santa Cruz porque, em sua opinião, era importante para dar vida à sua Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que em relação ao projeto da Baía de Santa Cruz o prazo para entrega da candidatura neste eixo foi alargado por mais tempo. Alguns investidores privados estão a apresentar diretamente na Câmara Municipal soluções que estão a ser analisadas.

Relativamente ao Mercadinho de Natal informou que foi entendimento mantê-lo na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, uma vez que é onde está o centro do comércio da cidade de Lagoa. Por parte da Câmara Municipal houve grandes investimentos na Freguesia de Santa Cruz e esta tem sido o Centro de muita atividade cultural, designadamente, no Convento dos Franciscanos situado naquela Freguesia, lamentando apenas a falta de adesão da população em eventos de grande eleição cultural ali realizados.

O Deputado Municipal Eduíno Rego, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que atendendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário manifestou a sua preocupação em relação à remodelação da Escola Padre João José do Amaral expôs que foi feito um levantamento das necessidades daquela escola e têm sido feitas todas as diligências, junto do Secretário Regional da Educação, para a realização das obras naquela escola.

O Senhor Valdemar Tavares saudou todos os presentes e expôs a necessidade de haver mais rampas para acesso a pessoas com mobilidade reduzida, junto ao comércio existente, em frente ao Jardim Nossa Senhora da Graça, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no uso da palavra, informou que este assunto será analisado amanhã, na reunião agendada da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores.

O Deputado Municipal Pedro Rodrigues, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e felicitou o Executivo Camarário pelo excelente orçamento que foi apresentado, muito realista e claro, o que nos tempos que correm é de salientar. Parabéns, a Lagoa fica bem servida com este orçamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, a qual lhe foi passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, expôs que é testemunha dos cuidados que o Prof. Eduíno Rego tem tido com a Escola Padre João José do Amaral que a tem zelado como se fosse sua. No entanto as obras que aquela Escola necessita são de grande intervenção. O Partido Socialista na Lagoa tem um grande peso e isso dá-lhe a capacidade de reivindicação que, no seu entender, não tem sido devidamente bem explorado.

Disse que na ata da Câmara Municipal, de 21 de fevereiro de 2014, na página 6, foi referido “João Ponte, congratula-se com a decisão tomada recentemente pelo Governo Regional dos Açores de avançar com as obras de substituição da cobertura de amianto da Escola Básica e Integrada de Lagoa” mas até à presente data ainda não se realizaram, espera que a Senhora Presidente da Câmara Municipal como Presidente da AMRAA, consiga esta reivindicação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção de todos e os esclarecimentos prestados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e desejou um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, repleto de muita saúde e paz.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e quatro minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---